

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2023**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Sumário

Mensagem do Presidente	3
2023 em números	5
Nova Legislatura	7
Grandes Temas	11
Leis Sancionadas	18
Audiências Públicas	32
Comissões Mistas	37
Frentes e Fóruns Parlamentares	39
Bancadas Regionais	44
Bancada Feminina	47
Homenagens	53
Escola do Legislativo	58
Programa Antonieta de Barros	64
Cultura	67
Comunicação	70
Institucional	77





Mensagem do Presidente

“ A atenção para a segurança nas escolas marcou a ação da Assembleia Legislativa em 2023.

Depois de novo incidente com vítimas, dessa vez em Blumenau, em abril, o Parlamento focou no tema. Reuniu especialistas de dezenas de entidades e discutiu à exaustão ações possíveis. Foi ver de perto como se enfrenta a violência em locais que criaram políticas para amenizar riscos. O resultado está em 10 projetos de lei que devem tramitar em 2024.

O ano de 2023 também foi marcado por eventos climáticos que causaram apreensão a muitas comunidades. O catarinense enfrentou adversidades e fez o possível para recuperar casas, escolas, equipamentos comunitários, estradas e retomar a economia. A Alesc esteve atenta e liderou a iniciativa para garantir apoio ao cidadão. Doou recursos de seu orçamento e aprovou programas em benefício de investimentos em infraestrutura.

Muitas emendas parlamentares tiveram endereço para ações que ajudaram as mais diversas regiões. O mesmo ocorreu com as transferências especiais voluntárias que o Parlamento garantiu em favor dos municípios.

Outro destaque de 2023 foi a consolidação das bancadas regionais, que reúnem parlamentares por áreas geográficas de atuação. Nesse ambiente, se discute estratégias de apoio às comunidades com um viés local e apartidário.

A nova legislatura traz o desafio do conhecimento entre os parlamentares eleitos e a distribuição de espaços de atuação, e coincide com a instalação de uma nova administração estadual, cuja proposta foi aprovada nas urnas.

Nesse cenário, recebi a oportunidade de voltar a presidir o Parlamento catarinense, dessa vez por um biênio – desafio que enfrento com responsabilidade e atento aos clamores da sociedade.

Em 2023 alcançamos resultados expressivos em favor de Santa Catarina. Compartilho com todos os resultados da gestão da Casa.

Deputado Mauro de Nadal
Presidente da Assembleia Legislativa





2023 em números

PROJETOS VOTADOS E APROVADOS

No decorrer de 2023, os deputados estaduais discutiram em plenário quase 9,4 mil matérias legislativas, entre projetos de lei, requerimentos, moções, entre outras. Foram, ao todo, 122 sessões ordinárias e 37 sessões extraordinárias.

Foram aprovadas 309 proposições, entre projetos de lei ordinária e complementar (PLs e PLCs), medidas provisórias (MPs), propostas de emenda à Constituição (PECs), projetos de decreto legislativo (PDLs) e projetos de resolução. O Plenário manteve 20 vetos do Executivo e rejeitou outros seis.

Os parlamentares ainda deliberaram sobre outras 9.044 matérias, entre indicações, moções, pedidos de informação e requerimentos.

Já nas comissões permanentes, foram distribuídas 1.410 matérias para deliberação dos 22 colegiados, que realizaram 431 reuniões, além de 65 audiências públicas e 44 eventos diversos.

PRODUÇÃO

Em 2023, 636 novas proposições foram protocolizadas no Legislativo, a maior parte delas de origem parlamentar (522, ao todo). Executivo, Poder Judiciário, Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Defensoria Pública Estadual (DPE) também encaminharam matérias para análise dos deputados. Houve, ainda, a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular.



Nova Legislatura

20ª LEGISLATURA É INSTALADA

O ano de 2023 marcou o início da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. No dia 1º de fevereiro, os 40 deputados eleitos em outubro de 2022 tomaram posse em sessão solene no Plenário Deputado Osni Régis. No mesmo dia, elegeram a Mesa para o biênio 2023-2025, presidida pelo deputado Mauro de Nadal (MDB) e integrada, ainda, pelos deputados Maurício Eskudlark (PL), como 1º vice-presidente; Rodrigo Minotto (PDT), como 2º vice-presidente; Paulinha (Podemos), como 1ª secretária; Padre Pedro Baldissera (PT), como 2º secretário; Marcos da Rosa (União), como 3º secretário; e Delegado Egídio (PTB), o 4º secretário.

Esta foi a segunda vez que Nadal foi eleito para o comando da Alesc. Na legislatura anterior, ele havia exercido a Presidência por um ano, em 2021. No discurso de posse, agradeceu a composição partidária que possibilitou a sua eleição, declarando que a sua gestão abrirá espaço para os diferentes posicionamentos presentes no Legislativo estadual.

“Nossa Assembleia é plural e cada parlamentar tem a sua visão de mundo, as suas prioridades, uma representação estratificada da sociedade e o meu compromisso pessoal é de trabalhar incansavelmente para que todos possam exercer seus mandatos na plenitude.”



*Assembleia Legislativa do
Estado de Santa Catarina*

REPRESENTAÇÃO

Ao todo, 13 partidos passaram a contar com representação partidária no Parlamento estadual na nova legislatura. O PL obteve a maior bancada da Alesc, com 11 integrantes. Por estar acima da quantidade máxima de cadeiras para a formação de um bloco, atua como bancada partidária.

MDB e PSDB se uniram para formar o Bloco Parlamentar Social Democrático, composto por oito deputados (seis do MDB e dois do PSDB). União Brasil, PSD e PTB integram um segundo bloco, formado por sete parlamentares.

Com a denominação de Bloco Parlamentar Democrata, Inclusão Social e Igualdade, PT e PDT se uniram em um bloco de cinco deputados. Por fim, Podemos, Novo e Republicanos também estão reunidos em um bloco composto por cinco parlamentares.

PP, com três membros, e PSOL, com um, permaneceram como bancadas partidárias.

COMISSÕES

Empossados os deputados e definida a composição da Mesa, o próximo passo foi a formação das 20 comissões permanentes e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. A divisão das vagas, como determina o Regimento Interno da Casa, respeitou o tamanho das bancadas e dos blocos parlamentares.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) elegeu Camilo Martins (Podemos) para a Presidência, enquanto a Comissão de Finanças e Tributação manteve Marcos Vieira (PSDB) em seu comando. Ivan Naatz (PL) foi eleito presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em setembro, os deputados aprovaram a criação de duas novas comissões permanentes: a de Esportes e Lazer, desmembrada da Comissão de Educação, Cultura e Desporto; e a de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal. Já outras dez comissões passaram por alterações em suas nomenclaturas. A Comissão de Legislação Participativa, por exemplo, ampliou suas atribuições e tratará, também, de assuntos relacionados à defesa e direitos do consumidor.

SUPLENTES

Logo no primeiro dia da legislatura, o deputado Soratto (PL) se licenciou do mandato para assumir a Secretaria de Estado da Casa Civil, abrindo vaga para o primeiro suplente do partido, Maurício Peixer, que permaneceu no mandato durante todo o ano.

Ainda em fevereiro, o deputado Jerry Comper (MDB) também pediu licença para ocupar a Secretaria de Estado da Infraestrutura. Sua vaga foi ocupada pelo primeiro suplente Emerson Stein, que segue até o momento na função.

No decorrer do ano, outros parlamentares se licenciaram temporariamente para dar a oportunidade de suplentes exercerem o mandato. No PSD, Julio Garcia e Napoleão Bernardes abriram espaço para Gerri Consoli e Zé Caramori, respectivamente.

No PT, Padre Pedro Baldissera se afastou por 30 dias para que a Professora Vanessa da Rosa fosse a segunda mulher negra da história a ocupar uma cadeira na Alesc. No PP, Altair Silva deixou o Parlamento também por 30 dias, cedendo espaço para Pedrão Silvestre.

POSSE, COMPOSIÇÃO DE MESA E FORMAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES



Grandes Temas



PRESIDENTE DA ALESC, PARLAMENTARES E REPRESENTANTES DO SISTEMA EDUCACIONAL DEBATEM AÇÕES PARA O PLANO INTEGRADO DE GESTÃO E SEGURANÇA ESCOLAR



OS ASSUNTOS QUE MOBILIZARAM O PARLAMENTO

2023 foi marcado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina pela mobilização em prol da segurança nas escolas. O ataque a uma creche de Blumenau, ocorrido em abril, chocou o país e resultou em uma série de ações institucionais e legislativas que tiveram o Parlamento como protagonista.

A Alesc também tratou de outros temas que mexeram com os catarinenses e mobilizaram os deputados. A criação do Programa Universidade Gratuita, a revogação do desconto previdenciário dos servidores públicos inativos do Estado e as transferências de recursos para os municípios estiveram no foco dos parlamentares

SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Em 5 de abril, o ataque à Creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau, deixou quatro crianças mortas e cinco feridas. De imediato, a Assembleia iniciou um movimento com a intenção de debater e propor ações legislativas no reforço à segurança nas escolas catarinenses. Entidades e instituições, como Ministério Público, universidades, forças de segurança, Judiciário, entre outras, foram convidadas a participar dessa mobilização.

Ainda em abril, os deputados aprovaram de forma célere um projeto de lei, elaborado pela Alesc e apresentado pelo Executivo, com o objetivo principal de convocar policiais da reserva para atuar como guardas armados nas escolas estaduais. A norma foi sancionada pelo governador no dia 20 de abril, um dia após a aprovação na Assembleia.

Também em abril, foi instituído o Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar (Comseg/Integra), composto por mais de 30 entidades. Coordenado pelo presidente da Alesc, deputado Mauro de Nadal (MDB), o grupo se reuniu periodicamente para tratar o tema da segurança nas escolas em Santa Catarina, dividido em três subgrupos temáticos: Estrutura e Recursos Humanos, Protocolo e Normas, Social e Publicidade.

Para incrementar o trabalho do comitê, foram promovidas seis audiências públicas macrorregionais, nos meses de maio e junho, em Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó, Criciúma e Florianópolis, para ouvir a população sobre as medidas necessárias para aprimorar a segurança escolar.

O Comseg também promoveu workshops e missões internacionais para conhecer exemplos bem-sucedidos, como Medellín, na Colômbia, além de São Paulo. Foram realizadas, ainda, campanhas institucionais para chamar a população a participar das discussões.

Ao final das reuniões temáticas, audiências públicas e visitas técnicas, o grupo apresentou um relatório de 86 páginas que resumiu todas as propostas e análises feitas em cinco meses de trabalho. Em 22 de novembro, uma solenidade no Plenário Deputado Osni Régis marcou a conclusão dos trabalhos.

Entre os principais resultados apresentados estão 11 projetos de leis, visando ao reforço das unidades escolares em aspectos como estrutura e recursos humanos, protocolos e normas, social e publicidade. As matérias já estão em tramitação e serão analisadas pelos deputados em 2024. A expectativa é criar, também, um Observatório de Acompanhamento da Segurança Escolar.





UNIVERSIDADE GRATUITA

A criação de um programa para concessão de bolsas de estudos a estudantes universitários hipossuficientes também teve a participação do Legislativo. O Universidade Gratuita, proposto pelo Poder Executivo, foi amplamente debatido pelos deputados no decorrer do primeiro semestre.

As proposições legislativas que criaram o programa foram trazidas pessoalmente pelo governador Jorginho Mello (PL) à Alesc, no dia 16 de maio. Diante da importância do assunto, o presidente da Assembleia estabeleceu que as propostas tramitariam de forma conjunta para possibilitar a implantação da iniciativa já no segundo semestre.

O objetivo é beneficiar estudantes das universidades comunitárias ligadas ao sistema Acafe e instituições particulares como bolsas de estudo integrais. Em contrapartida, os beneficiados vão prestar serviços ao Estado em suas áreas de formação em até dois anos após a conclusão do curso.

Nas discussões nas comissões, as proposições passaram por alterações que viabilizaram a aprovação do programa pelos deputados. Uma das principais mudanças ocorreu nos percentuais dos recursos destinados às bolsas, que de 80% para as universidades comunitárias e 20% para as instituições privadas, foram alterados para 75% e 25%, respectivamente.

No dia 11 de julho, os projetos do Universidade Gratuita foram aprovados por ampla maioria de votos pelos deputados. A sessão de votação foi acompanhada por secretários estaduais, reitores de universidades comunitárias e particulares, sindicalistas e representantes de associações estudantis.

O programa foi instituído já no segundo semestre. Só em 2023, já beneficiou quase 23 mil estudantes. A expectativa é ampliar o número de beneficiados no decorrer dos próximos anos, com a meta de atingir 75 mil estudantes por ano em 2026.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Um dos primeiros temas que mobilizaram a Alesc em 2023 foi a reforma administrativa proposta pelo governador Jorginho Mello (PL). Para viabilizar, o Executivo editou duas medidas provisórias (MPs) que foram assinadas em fevereiro e tramitaram de forma conjunta no Parlamento.

As principais mudanças propostas na reforma foram a criação de quatro secretarias de Estado – Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI); Planejamento (Seplan); Portos, Aeroportos e Ferrovias (Sepaf); e Turismo (SET) –, desmembramento de outras pastas, além de alterações nos nomes e no status de outras secretarias, sem impactos nos cofres do Estado.

No Parlamento, as MPs passaram por alterações, entre elas a manutenção das coordenadorias regionais de Educação, que seriam extintas na reforma, e a possibilidade dos servidores da recriada Secretaria de Estado de Planejamento, que foram transferidos para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico quando da extinção da antiga Secretaria de Planejamento, em 2019, retornarem à Pasta de origem.

No dia 9 de maio, por unanimidade, os deputados acataram as medidas provisórias, oficializando a reforma administrativa proposta pelo Executivo.



VICE-GOVERNADORA, MARILISA BOEHM;
GOVERNADOR, JORGINHO MELLO
E PRESIDENTE DA ALESC, MAURO DE
NADAL (DA ESQUERDA PARA A DIREITA)

PREVIDÊNCIA

A previdência estadual foi novamente tema de discussões na Assembleia. Dessa vez, a mobilização começou pelos servidores públicos, que reivindicavam o fim da cobrança da alíquota previdenciária de 14% dos aposentados e pensionistas que recebem benefícios superiores a um salário mínimo nacional.

Em março, representantes de diversas associações de classe compareceram na Alesc para entregar um projeto de lei de iniciativa popular que revoga a cobrança dos 14%. A matéria teve as assinaturas conferidas pela Justiça Eleitoral e entrou em tramitação no fim de 2023. Em paralelo, o deputado Fabiano da Luz (PT) apresentou projeto de lei com o mesmo objetivo. A proposta também está em tramitação.

No fim de 2023, o Executivo encaminhou um projeto à Assembleia com a redução escalonada na cobrança dos 14%. A partir de 2024, os 14% seriam cobrados de quem ganhasse acima de dois salários mínimos. Em 2025, esse piso chega a 2,5 salários mínimos, até chegar a 3 salários, em 2026.

O Parlamento realizou duas audiências públicas para tratar do assunto. Em ambas, com maciça participação de entidades sindicais ligadas ao funcionalismo público, os participantes defenderam a revogação imediata da cobrança para quem tem benefício superior a um salário mínimo.

Apesar das manifestações, por maioria de votos, os deputados aprovaram a proposta de redução escalonada apresentada pelo Executivo. O mesmo projeto também separou o funcionalismo em dois fundos previdenciários (segregação de massas): um fundo em repartição, destinado aos servidores ativos e inativos, denominado SC Seguro; e outro em capitalização, destinado para os funcionários que ingressaram no serviço público estadual a partir de janeiro de 2024.

Os dois projetos que tratam da revogação total dos 14% seguem em tramitação na Assembleia.



SOU APOSENTADA/O
DO MAGISTÉRIO E
QUERO
RESPEITO!

RECURSOS PARA MUNICÍPIOS

Ainda no primeiro semestre, a Assembleia atuou para resolver o impasse dos repasses de recursos para os municípios prometidos pelo governo anterior. Além das chamadas transferências especiais (chamadas Pix), o novo governo suspendeu os repasses referentes aos convênios celebrados antes de 2023, por orientação do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral do Estado.

O assunto foi tratado em várias sessões da Alesc nas reuniões da Comissão de Finanças e da Comissão de Assuntos Municipais. Prefeitos vieram ao Parlamento para pedir uma solução para o problema, que resultou na paralisação de obras importantes em vários municípios. Ao todo, o Estado tinha R\$ 2,3 bilhões para repassar aos municípios.

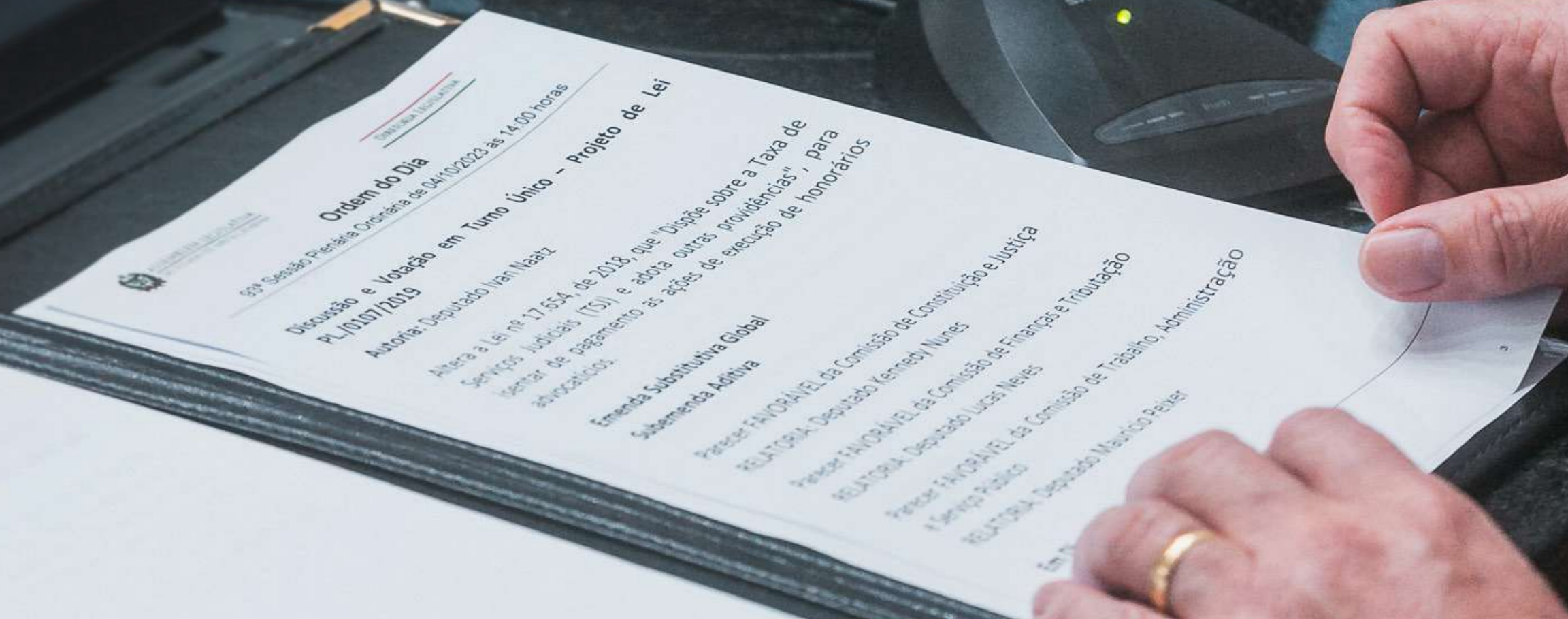
Em maio, o Legislativo promoveu uma audiência pública para buscar uma solução para o impasse. Em agosto, o Executivo encaminhou um projeto de lei que regulamentou as transferências especiais voluntárias (TEVs) para viabilizar a retomada dos repasses aos municípios. A aprovação regularizou os repasses do antigo Plano 1000, para permitir a conclusão de obras já iniciadas e que estavam paradas ou ressarcir os municípios, daquelas que foram concluídas sem os recursos do Estado.



Leis Sanccionadas

LEIS SANCIONADAS

Ao longo do ano de 2023, o Poder Executivo transformou em Leis 333 propostas aprovadas na Assembleia Legislativa. Grande parte delas voltada a áreas de especial interesse para a sociedade, como educação, saúde e proteção civil.





EDUCAÇÃO

No mês de julho, foi sancionada a Lei Complementar 831/2023, que instituiu o Universidade Gratuita. O programa, de iniciativa governamental, prevê a concessão de bolsas de estudo em graduação a estudantes carentes.

Para dar suporte a esta ação, foi promulgada a Emenda Constitucional 90/2023, que autoriza a concessão de assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos, oferecidos por instituições de ensino superior no estado. E, ainda, a Lei 18.672/2023, que instituiu o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes), garantindo assistência financeira para

o pagamento das mensalidades. Vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SED), o Fumdes busca proporcionar novas condições para o cumprimento de concessão de bolsas de estudos no ensino superior, fundamentadas nos artigos 170 e 171 da Constituição do Estado.

Outro destaque para o setor é a Lei Complementar 826/2023, também do governo do Estado, que instituiu o Programa Escola Mais Segura, com a finalidade de integrar os órgãos de segurança pública, poderes constituídos, sociedade civil e comunidade escolar, com a utilização dos integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP) para auxiliar na proteção das escolas.



SAÚDE

Na área da saúde, foi sancionada a Lei 18.641/2023, do deputado Sargento Lima (PL), que dispõe sobre o dever de os hospitais, clínicas médicas e congêneres, de caráter público, disponibilizarem nos domicílios de pacientes oncológicos, medicamentos antineoplásicos de uso oral. A ação deve atender prescrição médica e é válida em situações de decretação de estado de emergência, calamidade pública, ou período de epidemia e pandemia.

A Lei 18.664/2023, proposta pelo deputado Julio Garcia (PSD), regula a equoterapia em Santa Catarina. A prática consiste em um método terapêutico e pedagógico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiências.

DEFESA CIVIL

Tendo em vista a frequente ocorrência de fenômenos climáticos adversos no estado, o setor da Defesa Civil também foi contemplado com novas leis em 2023.

A Lei 18.738/2023, do ex-deputado Gerri Consoli (PSD), torna possível que municípios prestem auxílio ao Estado e a outros municípios afetados por catástrofes naturais, independentemente da decretação de estado de calamidade ou de situação de emergência.

O auxílio se dará por meio de cessão de equipamentos, maquinários, veículos e pessoal, visando ao restabelecimento dos serviços essenciais, desde que não comprometa a capacidade de atendimento dos serviços públicos do Estado de Santa Catarina e do município cedente.

Já a Lei 18.783/2023, do deputado Napoleão Bernardes (PSDB), instituiu a política de apoio aos municípios, denominada Resposta Imediata.

A Resposta Imediata tem como finalidade modernizar a atuação do poder público para proporcionar efetividade, celeridade e eficiência nas ações de resposta a desastres, a partir do suporte à administração municipal e do aproveitamento da estrutura local.



INFÂNCIA E JUVENTUDE

Quatro leis de origem parlamentar sancionadas em 2023 tiveram foco na infância e juventude do estado.

A Lei 18.756/2023 veda a utilização de verba pública em produtos, serviços, espaços ou eventos que promovam, de forma direta ou indireta, a sexualização de crianças e adolescentes, com conteúdos impróprios ao seu desenvolvimento psíquico.

A Lei 18.757/2023 instituiu o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, como estratégia de proteção integral ao público infanto-juvenil.

Ainda com este objetivo, foi sancionada a Lei 18.637/2023, que institui a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente, a ser realizada, anualmente, no período compreendido entre os dias 8 e 14 de agosto.

As três leis foram propostas pela deputada Ana Campagnolo (PL).

Já a Lei 18.690/2023, de autoria do deputado Volnei Weber (MDB), determina que a administração pública estadual propicie, no âmbito da prestação dos seus serviços, a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate a conteúdos pornográficos voltados a crianças e adolescentes, e em condição de especial fragilidade psicológica.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Também foram transformadas em leis diversas proposições voltadas a ampliar os direitos das pessoas com deficiência no estado.

Entre os destaques está a Lei 18.686/2023, do deputado Mauro De Nadal (MDB), que determina que o laudo médico que ateste deficiência permanente tenha validade por prazo indeterminado. O documento poderá ser emitido por profissional da rede de saúde pública ou privada, observados os demais requisitos para a sua emissão estabelecidos na legislação pertinente.

Por sua vez, a Lei 18.647/2023, do deputado Dr. Vicente Caropreso, estabelece que nos editais de concessão e/ou permissão da prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação de rodovias estaduais, constará a isenção do pagamento de pedágio às pessoas com doenças graves e degenerativas, transtorno do espectro autista e/ou com deficiência. O benefício é válido para paciente em tratamento fora do município de seu domicílio.

Já a Lei 18.616/2023, da deputada Paulinha (Podemos), possibilita que a carteira de identificação do autista possa ser emitida de maneira virtual, mediante requerimento, formulário e entrega da documentação necessária por protocolo eletrônico, no sítio eletrônico da FCEE.

Também foi criada, por meio da Lei 18.687/2023, a Semana Estadual de Identificação e Conscientização sobre a Dislexia, a ser celebrada anualmente, entre 3 e 10 de outubro. A iniciativa foi da deputada Luciane Carminatti (PT).



DIREITOS DA MULHER

A Lei 18.666/2023, de iniciativa do deputado Rodrigo Minotto (PDT), promove alteração no Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina com o objetivo de priorizar o atendimento à mulher que foi vítima de violência doméstica. A normativa reserva a este público um percentual mínimo de 4% das unidades em face da classificação das candidatas, respeitadas as demais condições gerais estabelecidas no processo de seleção.

EVENTOS NA ALESC BUSCAM
DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLTADAS ÀS MULHERES

DIREITOS DO CONSUMIDOR

Na área dos direitos do consumidor, a lei 18.667/2023, também apresentada pelo deputado Rodrigo Minotto, estabelece sanções aos planos de saúde, planos de assistência ou seguro saúde que limitarem prazo, valor ou quantidade de internações hospitalares ou em clínicas. Entre as sanções constam advertência por escrito e multa de R\$ 5 mil, que será dobrada a cada reincidência.



MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

Os cuidados com o meio ambiente e a proteção animal também foram foco das iniciativas apresentadas pelos deputados durante o último ano.

De autoria do Marcos Vieira (PSDB), a Lei 18.693/2023 dispõe sobre a frequência de monitoramento das medições das emissões atmosféricas geradas a partir dos processos de combustão relacionados à fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido.

Por iniciativa do deputado Delegado Egídio (PTB), foram instituídas a Lei 18.758/2023, que cria o “Junho Verde”, mês voltado a ações relativas à sensibilização, conscientização e educação ambiental; e a Lei 18.764/2023, que cria o “Julho Dourado”, dedicado à reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação.

A Lei 18.684/2023, do deputado Marcius Machado, promove alterações no Código Estadual de Proteção aos Animais para vedar a divulgação nas mídias sociais de imagens e áudios, para entretenimento, que contenham atos de agressão, abuso, crueldade, abandono e/ou castigo a animais.

Também por proposição de Marcius Machado, a Lei 18.692/2023 proíbe que animais apreendidos por autoridade competente em razão de maus-tratos e de zoofilia, sejam devolvidos aos seus tutores.



AGRICULTURA E PECUÁRIA

Neste campo, foi instituída a Lei 18.817/2023, do deputado Lucas Neves (Podemos), que autoriza o controle populacional e o manejo sustentável do javali-europeu (*Sus scrofa*) em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento vivendo em liberdade no estado.

A normativa aponta que as ações de manejo deverão ser realizadas de forma a minimizar os impactos ambientais e os efeitos nocivos à saúde pública ocasionados pela espécie invasora, em qualquer época do ano e sem limites de quantidade.

Outro destaque é a Lei Complementar 834/2023, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que amplia a possibilidade de indenizar produtores rurais por perdas de animais abatidos com diagnóstico de brucelose ou tuberculose. Os recursos provêm do Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa), que passam a ser distribuídos com 60% dos recursos para indenizar abates, em percentual único, e 40% para a suplementação de ações relativas à vigilância e fiscalização em saúde animal.

Uma iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera e do ex-deputado Moacir Sopelsa (MDB), a Lei 18.634/2023 instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e Meliponicultura (Polimel) e o Programa Estadual de Incentivo à Apicultura e Meliponicultura (Promel). O objetivo das ações é promover o crescimento e a solidificação da apicultura e da meliponicultura no estado, conciliando tais atividades com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento tecnológico.

Baldissera também deu origem à Lei 18.782/2023, que declara a meliponicultura como atividade de interesse social no estado.

TURISMO

Visando estimular o desenvolvimento econômico nas diversas regiões catarinenses e assegurar a preservação de suas características culturais, também foram criadas leis para novos roteiros turísticos e a valorização de festividades no estado.

De autoria do deputado Lunelli (MDB), a Lei 18.812/2023 instituiu a Rota Turística “Caminhos da Erva-Mate”, abrangendo dez municípios produtores do Planalto Norte.

Já a Lei 18.625/2023, do deputado Sargento Lima, instituiu o “Circuito Catarinense de Motociclismo”, abrangendo as 13 regiões turísticas reconhecidas pelo Ministério do Turismo para o estado de Santa Catarina.

Da mesma forma, a Lei 18.635/2023, de Fernando Krelling (MDB), instituiu a rota turística “Caminho de Peabiru”, nos municípios catarinenses compreendidos na antiga trilha utilizada pelos povos indígenas, para se deslocarem entre o litoral brasileiro e os Andes peruanos.

Também foi criada a Lei 18.722/2023, de procedência do deputado Dr. Vicente Caropreso, que incluiu no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Schützenfest – Festa dos Atiradores e do Tiro Esportivo, realizada anualmente no município de Jaraguá do Sul.

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Três leis e uma emenda à Constituição também foram implementadas em 2023 com o objetivo de promover alterações na estrutura da administração pública estadual. Todas elas de iniciativa do governo do Estado.

A Lei 18.801/2023 tratou da organização, da estruturação, do funcionamento e das competências do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), dotando a autarquia de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Para dar suporte à mudança, foi promulgada a Emenda Constitucional 92/2023, dispendo sobre o Sistema Estadual de Trânsito e as competências do Detran.

A Lei 18.806/2023 instituiu o Programa de Gestão de Compras Governamentais do Estado de Santa Catarina (Programa Compras SC). A ação é voltada às aquisições e contratações da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Outro destaque foi a Lei 18.807/2023, que instituiu o Programa Estadual de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (Pronampe Santa Catarina). O objetivo da normativa é fomentar o ambiente de negócios e elevar a produtividade e a competitividade dos pequenos negócios catarinenses.





PATRIMÔNIO PÚBLICO

A partir do ano de 2023, espaços e equipamentos públicos de lazer, cultura, recreação e esportes pertencentes exclusivamente ao Estado de Santa Catarina poderão contar com o apadrinhamento por parte de pessoas físicas ou jurídicas. A ação consta na Lei 18.745/2023, do deputado Nilso Berlanda, e tem o objetivo de promover a proteção e conservação do patrimônio público.

O apadrinhamento a que se refere esta Lei poderá ser promovido de forma integral, envolvendo toda a área de extensão, ou de forma parcial, quando envolverem apenas frações dos equipamentos e espaços públicos.



Audiências Públicas



EVENTOS VOLTADOS PARA A POPULAÇÃO

65 audiências públicas foram promovidas pela Assembleia Legislativa no decorrer de 2023. Além daquelas exigidas pela legislação, como as prestações de contas da Saúde e da Fazenda, o Parlamento tratou de temas diversos, como a crise do setor leiteiro e os problemas de infraestrutura do estado.

As dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite foram temas de quatro audiências promovidas pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural em Seara, São Miguel do Oeste, Presidente Getúlio e Braço do Norte. Nos encontros, os participantes reclamaram das dificuldades cau-

sadas pela queda do preço do produto, provocada, entre outros motivos, pelo aumento da importação de leite do Uruguai e da Argentina.

A necessidade da implantação da rede trifásica de energia foi tema de outras quatro audiências, em Xaxim, São Miguel do Oeste, Joaçaba e Curitiba, realizadas pela Comissão de Assuntos Municipais. A melhoria da oferta de eletricidade, em especial na área rural, é essencial para o desenvolvimento das agroindústrias espalhadas pelo estado. Na audiência de Joaçaba, a Celesc anunciou investimentos de R\$ 500 milhões em quinhentos quilômetros de rede trifásica pelo estado.

DEBATES QUE MOBILIZARAM O ESTADO

A infraestrutura também pautou encontros promovidos pela Assembleia no decorrer do ano. A pedido da Bancada do Oeste, um ciclo de quatro audiências, nas cidades de Chapecó, Pinhalzinho, Concórdia e Caçador, tratou dos investimentos previstos para as rodovias estaduais do Extremo Oeste, Oeste e Meio-Oeste. Nos encontros, o público cobrou do Estado o início e/ou o prosseguimento de obras anunciadas no governo passado.

As melhorias nas condições de trafegabilidade da BR-101 resultaram em duas audiências, promovidas em Florianópolis e Joinville. Em pauta, a necessidade de ampliação da capacidade de tráfego da rodovia, em especial nas regiões mais densamente povoadas, como a Foz do Rio Itajaí e Joinville.

A Assembleia promoveu, ainda, audiência na qual os participantes defenderam a tese chamada de Marco Temporal para a demarcação das terras indígenas. Para os participantes, a derrubada dessa tese pode inviabilizar a existência de várias propriedades rurais e de municípios no Extremo Oeste, Alto Vale e Grande Florianópolis. O encontro ocorreu em maio, antes do julgamento da questão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e levou o presidente da Alesc, deputado Mauro de Nadal (MDB) a Brasília para apresentar a posição do Parlamento catarinense sobre o assunto.

O Parlamento também discutiu, no decorrer de 2023, temas como a implantação de escolas cívico-militares em São José, Agrolândia, Herval d'Oeste e Mafra; tratamento de esgoto na Capital e em Camboriú; o modelo atual de ensino médio, com encontros em Pinhalzinho e em Florianópolis; e a previdência estadual, com dois debates realizados nas dependências da Alesc.

EVENTOS COM FOCO NA INCLUSÃO

Ainda que tenha sido um ano atípico dentro da legislatura pelas adaptações de calendário realizadas em função do período eleitoral, 2022 contou com uma produção significativa em termos de número de sessões e de proposições.

Além das audiências, o Parlamento promoveu ou participou da promoção de seminários, simpósios, fóruns, conferências, entre outros eventos destinados principalmente à capacitação e atualização de profissionais e pessoas que lidam com assuntos diversos.

A síndrome de Down foi tema de um seminário estadual em março, visando à troca de experiências, conhecimento e informações entre profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social, familiares e a população em geral. Em setembro, Itajaí recebeu um seminário regional com o mesmo objetivo.

As doenças raras foram tema de um fórum estadual promovido nas dependências da Assembleia para promover a atualização de profissionais e familiares em abril. Em agosto, a Alesc sediou um seminário sobre o tema, realizado em dois dias.

O autismo foi tema de seminários regionais em Pouso Redondo (abril), Garuva (maio), Campos Novos (julho), São Joaquim (setembro) e Orleans (outubro). A educação voltada às pessoas com deficiência foi tratada em dois seminários de educação especial, promovidos em São João Batista (junho) e São Bento do Sul (julho), com o objetivo principal de oferecer capacitação para professores da rede pública municipal.

A pessoa idosa também foi tema de vários eventos. Em junho, um simpósio na Alesc tratou do etarismo. Em Navegantes, no mês de agosto, foram discutidas políticas públicas para essa população. Em setembro, na Assembleia, uma palestra tratou da saúde da pessoa idosa. Em Araranguá, a violência contra a pessoa idosa foi tema de um evento, promovido em outubro. Já em dezembro, a Alesc promoveu seminário voltado à capacitação de membros dos conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa.

CAPACITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

A capacitação de profissionais na atenção à saúde das pessoas com ostomias foi tratada em eventos realizados em Criciúma (junho), Lages (julho) e Mafra (setembro). Ainda em setembro, a Alesc promoveu a 1ª Conferência Estadual em Atenção às Pessoas com Ostomias e Incontinência Urinária reunindo em Florianópolis especialistas da Saúde, palestrantes de diferentes regiões do país, além de pacientes ostomizados, cuidadores e familiares.

A conscientização sobre a importância da prevenção e do combate às drogas resultou em um circuito de 20 palestras em escolas de Lages, que reuniram mais de 3 mil estudantes, no mês de outubro. Também em Lages, o desenvolvimento do turismo na região serrana de Santa Catarina foi o tema do Connect Serra, Seminário de Turismo para Desenvolvimento Regional, em novembro.

A preocupação com a alimentação teve foco em eventos como o seminário promovido em Ipumirim, no mês de setembro, voltado à alimentação saudável e ao consumo consciente. Em São José, em novembro, seminário estadual tratou do fomento às políticas públicas para incentivar a segurança alimentar e nutricional dos catarinenses, com foco no fortalecimento da agricultura familiar e do incentivo à produção de alimentos agroecológicos e orgânicos.

Já os direitos dos animais foram discutidos no 1º Fórum Catarinense de Protetores e Ativistas da Causa Animal, promovido em novembro, na Assembleia. O encontro resultou na elaboração de uma carta aberta, por protetores e ativistas, com prioridades, desafios e necessidades para a construção de políticas públicas para a proteção animal em Santa Catarina.





Comissões Mistas

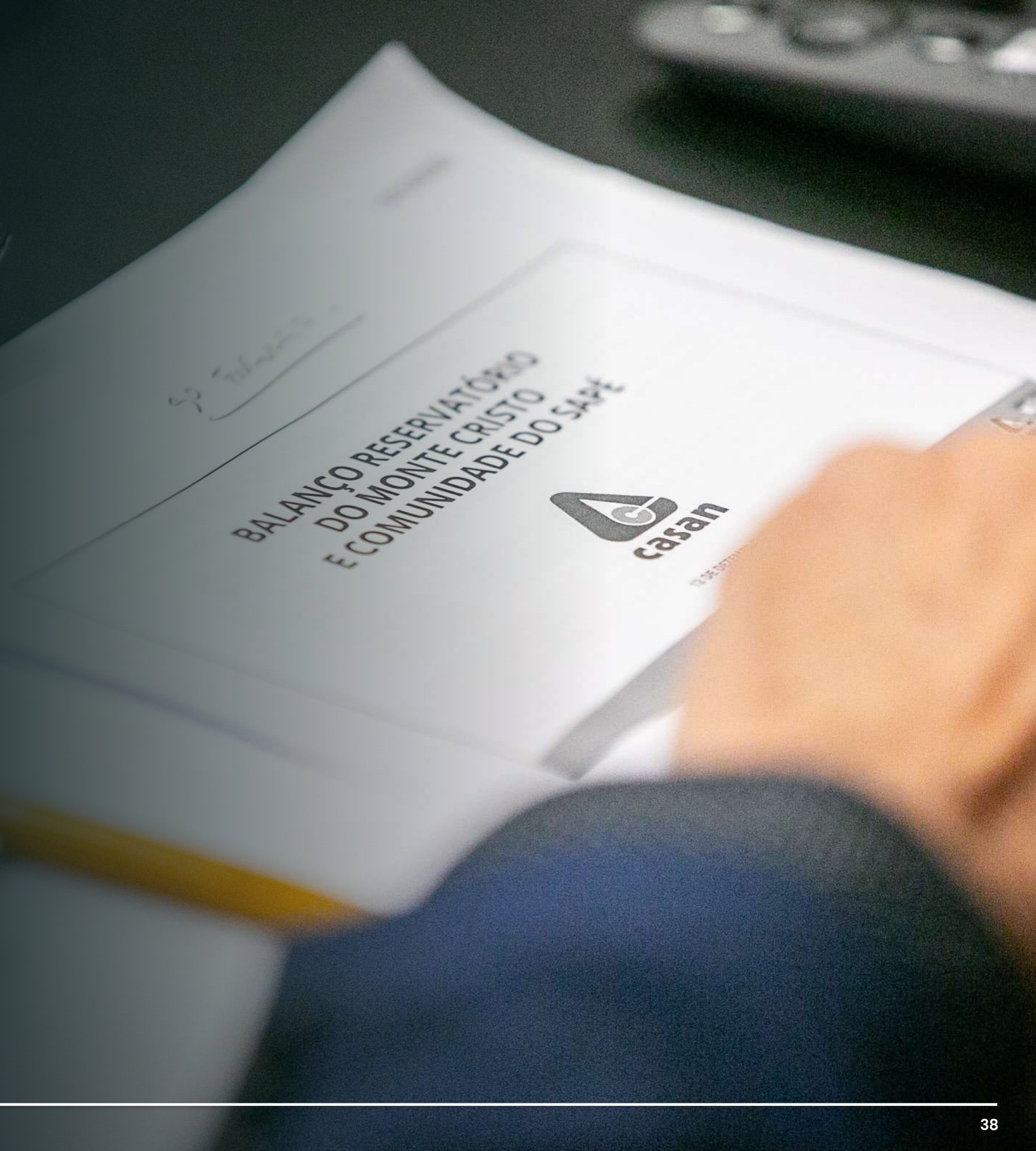
DEBATES AMPLIADOS

Em 2023, os deputados discutiram temas que exigiram a constituição das chamadas comissões mistas. Previstos no Regimento Interno da Assembleia, esses colegiados apreciam assuntos que estão relacionados com a área temática de duas ou mais comissões permanentes.

Em outubro, foi instalada a comissão mista com o objetivo de tratar do rompimento de um reservatório da Casan, ocorrido em 6 de setembro, no bairro Monte Cristo, em Florianópolis. A água que estava armazenada no local atingiu 386 pessoas, ferindo duas. Além de casas, a água atingiu ruas, lojas e carros.

A comissão mista é formada por parlamentares da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e tem Ivan Naatz (PL) na Presidência e Mário Motta (PSD) como relator. O grupo realizou nove reuniões nas quais foram ouvidos nove convidados, entre representantes da Casan, profissionais envolvidos com o projeto do reservatório, policiais científicos e representantes dos moradores. O colegiado apresentará seu relatório final no dia 5 de março de 2024.

Também em outubro, com o objetivo de debater sobre a possível instalação de uma reserva extrativista (Resex) na região do Cabo de Santa Marta, no litoral de Sul de Santa Catarina, foi instalada uma comissão mista, formada por deputados membros das comissões de Pesca e Aquicultura, de Turismo e Meio Ambiente e de Assuntos Municipais. O grupo é presidido pelo deputado Volnei Weber (MDB) e tem como relator José Milton Scheffer (PP). Os trabalhos da comissão prosseguem em 2024.





Frentes e Fóruns Parlamentares

GRUPOS TEMÁTICOS FORTALECEM ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Além das atividades em plenário e das comissões, o Parlamento conta com as frentes e os fóruns parlamentares, espaços para a discussão e mobilização em prol de causas importantes para o estado. Em 2023, os deputados solicitaram a instituição de nove fóruns e 96 frentes parlamentares, todos oficializados por meio de Ato da Presidência.

A criação de fóruns parlamentares está prevista no artigo 39 do Regimento Interno da Assembleia. Consistem em grupos criados pelos deputados para tratar “de matérias de grande e notório interesse para o povo catarinense e que por sua natureza e complexidade não possam ser acompanhadas por comissões permanentes”.

Para serem instalados, precisam de requerimento com, no mínimo, assinatura de oito deputados. Eles encerram suas atividades ao final de cada legislatura.

Já as frentes parlamentares, conforme o artigo 40 do Regimento Interno na Assembleia Legislativa, têm como objetivo apoiar, incentivar e assistir estudos de temas de interesse social, político e econômico. Para serem formadas, precisam contar com o apoio de pelo menos quatro deputados.





FRENTES E FÓRUNS TRATAM DE TEMAS VARIADOS

O prazo de funcionamento é de 365 dias, contados a partir da data da constituição, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, sendo que as frentes são automaticamente extintas assim que se encerra a legislatura.

Algumas das frentes de 2023 já haviam sido lançadas em legislaturas passadas e retomaram suas atividades. É o caso da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, que atua principalmente no fortalecimento dos hospitais filantrópicos, responsáveis pela maior parte dos atendimentos via SUS no estado. Em 2023, por exemplo, a frente cobrou do Executivo uma nova política hospitalar voltada a esses estabelecimentos.

Uma das frentes lançadas pela primeira vez foi a voltada às discussões sobre o uso medicinal do canabidiol ou CBD, substância presente na maconha. Seu lançamento mobilizou várias pessoas que a utilizam para o tratamento de doenças diversas.

As redes femininas de combate ao câncer passaram a contar com uma frente parlamentar específica em 2023, lançada durante o Outubro Rosa, mês alusivo às ações de combate e prevenção ao câncer de mama.



FÓRUNS PARLAMENTARES INSTITUÍDOS EM 2023

- Apoio ao Governo Aberto: Transparência, Participação e Inovação dos Serviços Públicos
- Aquífero Guarani e das Águas Superficiais
- Defesa das Instituições Comunitárias de Ensino Superior
- Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- Defesa e Desenvolvimento do Comércio Atacadista e Distribuidor
- Municipalização de Naufragados
- Práticas Integrativas em Saúde
- Defesa do Serviço de Facção
- Defesa do Consumidor

FRENTES PARLAMENTARES INSTITUÍDAS EM 2023

- Infraestrutura e Mobilidade
- Santa Catarina-Itália
- Apoio aos Bombeiros Voluntários
- Liberdade Econômica e Inovação
- Esporte
- Defesa da Saúde Catarinense
- Calçados e Componentes
- Suinocultura
- Cooperativismo
- Apicultura e Meliponicultura
- Agroecologia e Produção Orgânica
- Defesa das Pessoas com Espectro Autista
- Proteção e Bem-Estar Animal
- Promoção do Turismo das Águas Termais
- Fomento, Cultivo e Inovação da Ovinocultura
- Dragagens dos Rios Catarinenses
- Santa Catarina-China
- Ordem Pública
- Grande Florianópolis
- Criação de Escolas Cívico-Militares
- Defesa do Saneamento Básico
- Implantação de Terceiras Faixas na BR-282
- Defesa das Comunidades Terapêuticas
- Ambientalista
- Fiscalização do Programa Estadual de Cirurgias Eletivas
- Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
- Apoio ao Carvão Mineral
- Defesa das Instituições de Educação Superior
- Defesa do Setor Madeireiro e Moveleiro
- Defesa do Serviço Público e das Empresas Públicas
- Fiscalização da Balneabilidade e Infraestrutura Básica do Litoral Catarinense
- Defesa de Naufragados
- Defesa da Vida
- Incentivo à Produção Artesanal e Cervejarias
- Micro e Pequenas Empresas
- Reciclagem
- Acompanhamento das Obras nas Serras
- Defesa do Transporte Público Integrado
- Recuperação da SC-283
- Nova Rota do Milho em Santa Catarina
- Construção da Rodovia Paralela à BR-101
- Segundo Acesso de Bombinhas-Porto Belo
- Estudos sobre Cannabis Medicinal
- Fomento ao Turismo
- Defesa da Construção Civil
- Apoio e Incentivo à Cultura
- Apoio à Política Pesqueira de Santa Catarina
- Defesa da Região dos Municípios da Foz do Itajaí
- Empreendedorismo Rural e da Agricultura Familiar
- Defesa dos Consórcios Intermunicipais de Saúde
- Portos e Aeroportos
- Apoio do Comércio Varejista
- Apoio à Política de Gás Natural
- Recuperação, Manutenção e Duplicação da BR-470
- Fomento ao Turismo Sustentável do Sul de SC
- Defesa das Farmácias e da Indústria Farmacêutica
- Acompanhamento das Obras do Contorno Viário de Florianópolis
- Combustíveis
- Apoio aos Vereadores Mirins
- Apoio às Redes Femininas de Combate ao Câncer
- Apoio às Cooperativas de Energia
- Juventude
- Saúde Mental
- Primeira Infância
- Defesa da Saúde do Trabalhador
- Advocacia
- Acompanhamento da Duplicação da BR-280
- Comércio de Materiais de Construção
- Apoio aos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
- Apoio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- Apoio ao Turismo Marítimo de Navios de Cruzeiros
- Desenvolvimento do Terceiro Setor
- Defesa da Família Catarinense
- Defesa da Segurança nas Creches e Escolas
- Evangélica
- Ética contra a Corrupção
- Pela Aprovação da Resolução nº 003, de 26/06/19, no Congresso Nacional
- Defesa do Sistema Único da Assistência Social
- Defesa da Propriedade Privada e do Marco Temporal
- Defesa dos Povos Originários
- Apoio aos Lares, Abrigos e Casas de Acolhimento
- Defesa do Paradesporto
- Defesa da Economia Solidária
- Acompanhamento de Extração Mineral
- Audiovisual Independente
- Católica
- Silvicultura
- Estudo dos Impactos da Reforma Tributária
- Apoio às Guardas Municipais
- Imobiliária
- Apuração e Fiscalização dos Rompimentos Ocasionalmente pela Casan
- Implantação do Transporte Marítimo na Grande Florianópolis
- Ações de Prevenção e Recuperação Pós-Cheias do Vale do Itajaí
- Justiça do Bem Viver – Teko Porã
- Invasão Zero
- Conservadorismo



Bancadas Regionais



FORTALECIMENTO DA REPRESENTATIVIDADE REGIONAL

Em 2023, a Alesc formalizou, por meio da Lei Complementar 828/2023, a instalação das bancadas regionais, que já atuavam de maneira informal no Parlamento catarinense. São seis bancadas, representando as regiões da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Oeste, Norte, Serrana e Sul.

O objetivo principal dessas bancadas é unir forças em prol do atendimento das demandas da região junto ao Estado e à União. Por isso, sua composição é suprapartidária e independe de questões relacionadas às bancadas partidárias ou blocos parlamentares com representação na Alesc.

A Bancada do Oeste foi coordenada em 2023 pelo deputado Marcos Vieira (PSDB) e tratou de diversas temas, como a retomada das obras de pavimentação e recuperação de rodovias; a continuidade do programa de

substituição da rede de energia elétrica monofásica para trifásica; a elaboração de um projeto de lei para a expansão da internet no meio rural; a redução do ICMS para o querosene de aviação visando à ampliação do número de voos regionais; e uma política de apoio para a construção de grandes sistemas de armazenamento de água.

A Bancada do Norte teve como coordenador Fernando Krelling (MDB) e estabeleceu como prioridades ações relacionadas à infraestrutura, em especial, de rodovias estaduais. O grupo buscou, por exemplo, uma solução para a pavimentação de um trecho de quase 10 quilômetros na estrada que liga a Vila da Glória, em São Francisco do Sul, a Itapoá. A obra, prevista no Projeto Costa do Encanto, foi embargada pela Justiça Federal em janeiro de 2016, por questões ambientais.



BANCADAS FOCAM EM PRIORIDADES DAS REGIÕES CATARINENSES

A Bancada do Vale do Itajaí, coordenada pelo deputado Emerson Stein (MDB), elegeu como prioridade a mobilidade urbana regional, com foco na obra do Corredor Litorâneo, que prevê uma rodovia paralela à BR-101 entre Joinville e Biguaçu. O propósito é criar uma alternativa para o trânsito da região. O grupo também buscou soluções para os problemas enfrentados por lojistas dos municípios do Vale do Itajaí, atingidos pelas enchentes de outubro e novembro.

Já a Bancada do Sul, coordenada por Pepê Collaço (PP), debruçou-se sobre as obras para redragagem do Rio Tubarão. O grupo discutiu a necessidade de atualização do projeto, orçado em mais de R\$ 500 milhões, necessário para evitar novas enchentes, principalmente na área urbana de Tubarão.

A Bancada da Grande Florianópolis escolheu Marquito (PsoI) como coordenador e tem como prioridade as ações para melhoria da mobilidade urbana na região, com foco na implantação de um sistema integrado de transporte coletivo na área metropolitana.

A Bancada da Serra, que tem Lucas Neves (Podemos) como coordenador, busca somar esforços para fortalecer a região em várias áreas, como saúde, educação e infraestrutura. O grupo discutiu, por exemplo, a necessidade da implantação de terceira faixa em trechos da BR-282, entre Lages e a Grande Florianópolis.



Bancaada Feminina

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É TEMA CENTRAL DE AÇÕES DA BANCADA FEMININA

Alguns caminhos para a redução da desigualdade de gênero e, por consequência, para a diminuição da violência contra a mulher foram pensados em eventos e encontros promovidos pela Bancada feminina da Alesc, em 2023.

Durante a programação do Mês da Mulher na Alesc, em março, a professora e doutora em direito penal, Alice Bianchini, proferiu a palestra “Mulheres: diferenças que nos unem”. Considerada uma das maiores especialistas em violência de gênero no país, Alice é vice-presidente da Comissão da Mulher, advogada da OAB Nacional e vice-presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas (ABMCJ).

Nos meses de abril e novembro, foram promovidos o 2º Encontro Estadual das Procuradorias da Mulher de Santa Catarina e o 2º Encontro dos Conselhos de Direitos da Mulher e Procuradorias da Mulher, respectivamente.

Com a participação de representantes dos conselhos municipais, da sociedade civil e da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, além de pesquisadores e professores universitários, os eventos foram realizados com objetivo de promover o fortalecimento das instâncias que atuam em favor da igualdade de gênero e das ações voltadas às mulheres no estado, por meio de políticas públicas de proteção e direitos às mulheres



OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em visita a Florianópolis, no mês de abril, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, foi recepcionada na Assembleia Legislativa pelas deputadas Luciane Carminatti (PT) e Paulinha (Podemos), quando conheceu o trabalho do Observatório da Violência Contra a Mulher (OVM), projeto pioneiro em casas legislativas no país.

EFICÁCIA NA BASE DE DADOS E CURSOS EM 2023

Criado em agosto de 2021, o Observatório Estadual da Violência contra a Mulher funciona em um espaço no andar térreo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Na avaliação do Comitê Gestor, a entidade já contou com importantes avanços em apenas dois anos de atividades, como a compilação de dados da Secretaria de Segurança Pública e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre os boletins de ocorrência registrados por violência doméstica, assim como as medidas protetivas que são requeridas e as que são deferidas pelo Judiciário.

O observatório também tem a compilação de todos os serviços da rede de atendimento existente em cada município catarinense e da legislação existente em cada local relacionado às políticas para a mulher”, avaliou Anne Teive Auras, defensora pública e vice-coordenadora do comitê.

LUCIANE CARMINATTI (PT) E PAULINHA (PODEMOS), REPRESENTANTES DA BANCADA FEMININA DA ALESC.

AGOSTO LILÁS

O Parlamento catarinense assumiu o protagonismo na luta contra a violência de gênero ao construir leis combativas para o enfrentamento à violência doméstica feminina. No mês de agosto, foi realizada a Campanha Agosto Lilás, criada em alusão à Lei Maria da Penha, sancionada em 07 de agosto de 2006.

Em Santa Catarina, por meio da Bancada Feminina da Casa, 14 leis foram sancionadas no Estado para estancar essa situação.

Ainda no Parlamento catarinense, a mulher vítima de violência encontra a Procuradoria Especial da Mulher, um canal importante para denunciar o tipo de violência que está sendo submetida, seja ela física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial, que pode ser feito pelo número 48 99995-0959.





LANÇAMENTOS LITERÁRIOS

No mês de outubro, a Alesc sediou o lançamento do livro “As filhas de Tamar”, autobiografia de Cristiane Rolim Flório. A autora se inspira em sua própria história, narrando a violência doméstica que sofreu durante os 16 anos de seu relacionamento com o ex-companheiro, pai de seus três filhos. Ela relata ainda a sua volta por cima, a sua superação para se libertar desse ciclo de violência.

No Brasil, uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas. Em Santa Catarina, de acordo com o Observatório da Violência contra a Mulher, as vítimas de feminicídio, de janeiro a setembro de 2023, chegaram a 43 mulheres assassinadas.

No mês de dezembro, o livro “Vozes das Mulheres Catarinenses – Narrativas de Histórias Reais”, elaborado e organizado pela Bancada Feminina, foi lançado no Hall da Alesc. A obra apresenta histórias, perspectivas e sentimentos de 50 mulheres, de diferentes segmentos da sociedade, sobre o feminismo e sobre a jornada da mulher na atualidade.



POSSE DA SEGUNDA MULHER NEGRA NO PARLAMENTO CATARINENSE

O ano de 2023 também teve como destaque histórico a posse da professora Vanessa da Rosa (PT), no mês de outubro. Após 89 anos, uma mulher negra assumiu o posto de deputada estadual no Parlamento catarinense. A primeira foi a também professora Antonieta de Barros, em 1934.

Vanessa ocupou a cadeira do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), licenciado por um mês. Ela ficou no cargo até o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Ex-secretária de Educação de Joinville e professora, há 33 anos, desde a educação básica até o ensino superior, Vanessa da Rosa disputou as eleições em 2022, tendo conquistado 16.832 votos, e foi a primeira suplente de deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

Além da causa negra, estiveram, entre suas pautas, a defesa da educação, a luta pelos jovens e o combate à violência contra a mulher.

DEPUTADA SUPLENTE VANESSA DA ROSA (PT) ASSUME CADEIRA NA ALESC



 **Homenagens**

O RECONHECIMENTO DO PARLAMENTO

Além da entrega de dezenas de moções e da promoção de atos parlamentares solenes pelos mandatos dos deputados, a Assembleia Legislativa realizou 27 sessões plenárias, entre 18 especiais e nove solenes, para homenagear empresas, pessoas, instituições, municípios e personalidades. Entre essas sessões, destaca-se a sessão solene de entrega da Comenda do Legislativo Catarinense, realizada em 20 de novembro, no Plenário Deputado Osni Régis.

Na solenidade, a 14ª da história da honraria instituída por meio da Resolução 8/2008, 43 pessoas físicas e jurídicas foram agraciadas com a comenda, que reconhece os feitos daqueles que desempenham papel relevante na sociedade. Cerca de 400 pessoas participaram do evento.

O Parlamento também realizou a entrega de títulos de Cidadão Catarinense, em sessões solenes realizadas em Florianópolis, no segundo semestre. No dia 17 de agosto, o homenageado foi o ex-presidente Michel Temer. No dia 4 de dezembro, a reitora da Udesc e presidente da Acafe, professora Luciane Ceretta, recebeu o título de Cidadã Catarinense. No dia 6 de dezembro, o título foi entregue ao desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) Antônio do Rêgo Monteiro Rocha.

Quem recebeu homenagens póstumas da Alesc em 2023 foi a deputada Antonieta de Barros, a primeira mulher negra eleita deputada no Brasil. Em março, um evento no hall do Palácio Barriga Verde, intitulado Antonieta Vive, marcou os 71 anos da morte da parlamentar. Já em julho, para marcar os 122 anos de nascimento de Antonieta, a Assembleia realizou uma série de eventos durante todo o mês, como uma sessão especial, no dia 10 de julho.



SESSÕES ESPECIAIS E SOLENES REALIZADAS EM 2023

- 65 anos do Crea SC
- Campanha da Fraternidade 2023
- 90 anos da Justiça Eleitoral
- 50 anos do Creci-SC
- 60 anos da emancipação político-administrativa de Ouro
- 40 anos do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina
- 35 anos do Ministério da Palavra Viva Church de Florianópolis
- 25 anos da Corte de Mediação e Arbitragem
- 55 anos da Universidade do Extremo Sul Catarinense
- 122 de nascimento de Antonieta de Barros
- 60 anos da empresa Schulz
- 57 anos do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
- 90 anos da subseção da OAB em Santa Catarina
- Dia Nacional do Voluntariado
- 65 anos de emancipação político-administrativa de Ponte Serrada
- 100 anos do Avaí Futebol Clube
- 50 anos do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte da Udesc
- 32 anos de emancipação político-administrativa de Cocal do Sul
- 50 anos da Empresa e 48 anos da Unidade de Suínos e Aves de Concórdia
- 25 anos da criação da Diocese de Criciúma
- 100 anos do Rotary Club e 70 anos do Lions Club no Brasil
- Homenagem às mulheres cientistas que atuam em Santa Catarina
- 130 anos da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina
- 72 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil
- 20 anos do Programa Câmara Mirim de Joinville
- 68 anos da Celesc
- 50 anos do Centro de Ciências Agroveterinárias da Udesc-Lages



COMENDA DO LEGISLATIVO CATARINENSE 2023

DEPUTADO PROPONENTE

HOMENAGEADO

Altair Silva	Mauro Cesar Finco
Ana Campagnolo	Rafael Cassiano da Silva
Antônio Lunelli	Ralf Sebold
Camilo Martins	Nazareno Martins
Carlos Humberto	Nelson Nitz (<i>in memoriam</i>)
Delegado Egídio Ferrari	Anselmo Firmo de Oliveira Cruz
Dr. Vicente Caropreso	Leonardo Fausto Zipf
Emerson Stein	Roderjan Diehl Volaco
Estêner Soratto	Padre Raimundo José Ghizoni
Fabiano da Luz	Jandira Alves
Fernando Krelling	Lourival Ruthes
Ivan Naatz	Pedro Cascaes Filho
Jair Miotto	Leodoro Fernandes da Silva
Jerry Comper	Francisco Graciola
Jessé Lopes	Vilmar Guedes
José Milton Scheffer	Rotary Club de Sombrio
Julio Garcia	Associação Beneficente Anjos Mineiros
Lucas Neves	Roberto Rogério do Amaral
Luciane Carminatti	Jeruse Maria Romão
Marcus Machado	Orlando Cattoni
Marcos da Rosa	Pastor Nilton dos Santos

COMENDA DO LEGISLATIVO CATARINENSE 2023



DEPUTADO PROPONENTE

HOMENAGEADO

Marcos Vieira

Acaert

Mario Motta

Antonio Obet Koerich

Marquito

Analucia de Andrade Hartmann

Massocco

Renato Garibotti

Matheus Cadorin

Adriano Bornschein Silva

Mauricio Eskudlark

Rafael Mirando da Silva

Maurício Peixer

Mario Cezar de Aguiar

Mauro de Nadal

Márcia Stuelp e Carlos Eduardo Sanchez

Napoleão Bernardes

Valmir Müller

Neodi Saretta

Domingos Pellizzaro

Nilso Berlanda

Marcello Corrêa Petrelli

Oscar Gutz

Manoel Arisoli Pereira

Padre Pedro Baldissera

Padre Marcelo Fernandes de Aquino

Paulinha

Gilberto Tomazoni

Pepê Collaço

Arlton Barreiros de Souza

Rodrigo Minotto

Fernando da Silva Comin

Sargento Lima

Reinaldo Antônio Baldessin

Sérgio Guimarães

Daniel Paladino

Sergio Motta

Antonio Hillesheim

Tiago Zilli

Roberto Gabriel Salvaro

Volnei Weber

Grupo Copobras



Escola do Legislativo

2023 TEM DEBATE SOBRE DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E APRESENTAÇÃO DE PROJETO EM GENEBRA

Braço pedagógico da Assembleia Legislativa, a Escola do Legislativo deputado Lício Mauro da Silveira, manteve um calendário intenso de atividades em 2023. Além da oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para servidores públicos, gestores e público em geral, a Escola manteve a realização de projetos institucionais e promoveu diversos debates sobre os principais temas da atualidade, entre eles, a dependência tecnológica.

Este assunto marcou a 12ª edição do Encontro Estadual de Vereadores Mirins, realizado em outubro, em Florianópolis, com a participação de cerca de mil vereadores e vereadoras mirins, com idade entre 12 e 17 anos, vindos de 57 municípios catarinenses.

O evento culminou com uma carta aberta que foi entregue pelos jovens ao presidente do Parlamento catarinense, deputado Mauro De Nadal (MDB), com o pedido para a adoção de políticas públicas que abordem de forma eficaz a prevenção da dependência tecnológica entre as crianças e os jovens.



PRESIDENTE DA ALESC, MAURO DE NADAL, FALA EM ENCONTRO ESTADUAL DE VEREADORES MIRINS, NO MÊS DE OUTUBRO, EM FLORIANÓPOLIS

CARAVANA DE INCLUSÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

O projeto “Caravana de Inclusão das Mulheres na Política” desenvolvido pela Escola da Alesc, foi destaque na 6ª edição da Semana de Avaliação em Escolas de Governo (Saeg), realizado em setembro, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça.

A Caravana, que tem o objetivo de aumentar a representatividade feminina nos espaços políticos, foi apresentada pela diretora da Escola, Marlene Fengler. “Reduzir essa desproporção e incentivar que mais mulheres ingressem na política são metas que buscamos alcançar levando a Caravana para todas as regiões de Santa Catarina”.

No evento, as Escolas de governo brasileiro foram desafiadas a consolidar e multiplicar as novas diretrizes estabelecidas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas estabelecidas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A Escola da Alesc já realiza o seu planejamento estratégico para os próximos três anos com foco na aplicação das diretrizes da ONU.



DIRETORA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO,
MARLENE FENGLER

PROJETOS INSTITUCIONAIS

Dentro do calendário anual de atividades, a Escola do Legislativo promoveu a 6ª edição do programa Estágio-Visita, desenvolvida com estudantes universitários de diferentes cursos de graduação e a 30ª e 31ª edições do Parlamento Jovem, realizadas com estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas do estado.

Por meio dos dois projetos, os estudantes têm a oportunidade de conhecer o Parlamento catarinense e vivenciar a rotina de atividades dos parlamentares. No Parlamento Jovem, os estudantes, inclusive, promovem uma sessão ordinária com a deliberação de projetos que podem ser apresentados na Alesc pelos deputados, e virar lei em Santa Catarina.



OUTROS EVENTOS ORGANIZADOS PELA ESCOLA DA ALESC

Em 2023, a Escola da Alesc também promoveu e organizou diversos eventos, em parceria com as Comissões Permanentes, Frentes e Fóruns do Parlamento catarinense. Entre as atividades realizadas, estão:

- Seminário Regional de formação de vereadores mirins – em março, em Itajaí
- 9º Fórum Catarinense sobre Doenças Raras – em abril, em Florianópolis
- Caravana da Inclusão da Mulher na Política – em junho, agosto e outubro, em Cocal do Sul, Penha e Chapecó
- Seminário “Legislativo em Ação” – em junho, julho e agosto, em Criciúma, Chapecó, Rio do Sul, Florianópolis e Rio Negrinho
- 1º Fórum Catarinense de Conscientização sobre Fissura Labiopalatina – em junho, em Florianópolis
- 1º Seminário de Educação Especial – em junho, em São João Batista
- Seminário para a capacitação de profissionais na atenção à saúde das pessoas com ostomias – em junho e julho, em Criciúma e Lages
- Seminário Educação Ambiental – em junho, em Florianópolis
- Seminário “Autismo e Perspectivas atuais nas diferentes intervenções”, em julho, em Campos Novos
- Seminário Internacional do Mercosul sobre o Tratado de Livre Comércio entre Países do Mercosul e da União Europeia – em agosto, em Florianópolis
- Seminário Estadual sobre a Importância de Escolas do Legislativo – em setembro, em Florianópolis



OUTROS EVENTOS ORGANIZADOS PELA ESCOLA DA ALESC

- Seminário Estadual Setembro Verde – em setembro, em Ipumirim
- Seminário Estadual sobre Dificuldade de Aprendizado e Dislexia – em outubro, em Florianópolis
- Seminário Práticas Inclusivas em Educação Especial no Transtorno do Espectro Autista (TEA), em outubro, em Orleans
- 6ª edição do Congresso Catarinense de Aleitamento Materno, em Florianópolis
- 1º Fórum da Mulher Empreendedora, em novembro, em Ponte Serrada
- 1º Fórum Catarinense de Protetores e Ativistas da Causa Animal, em novembro, em Florianópolis
- 1º Encontro Estadual sobre Cuidados com a Saúde e a Segurança da Pessoa Idosa – em novembro, em Florianópolis
- Seminário de Turismo para Desenvolvimento Regional – em novembro, em Lages
- 1º Seminário Estadual sobre as modalidades de compras públicas da agricultura familiar – em novembro, em Florianópolis
- Seminário “Patrimônio Cultural Imaterial: sinergias entre os poderes e a sociedade”, em dezembro, em Florianópolis
- 3º Encontro Estadual de Coordenadores do Programa Vereador Mirim – em dezembro, em Florianópolis



Programa Antonieta de Barros

ALESC CELEBRA OS 19 ANOS DO PAB COM AÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Os 19 anos do Programa Antonieta de Barros (PAB) de estágios especiais foram celebrados no mês de julho, no Parlamento Catarinense, em um ato organizado pela Coordenadoria de Estágios Especiais, responsável pelo programa que, até 2023, impactou a vida de mais de 500 jovens catarinenses.

Em dezembro, o programa foi implantado na Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, por meio de um termo de compromisso entre o Legislativo municipal e o Parlamento catarinense. A assinatura ocorreu na presença do diretor-geral da Alesc, Alexandre Fagundes; do presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, vereador Paulo Drumm, além de vereadores e servidores legislativos.

AÇÃO DE INCLUSÃO

Importante ação de inclusão social e econômica promovida pelo Parlamento, o PAB foi instituído pela Lei 13.075, de 29 de Julho de 2004, e é voltado para jovens em situação de vulnerabilidade social.

O Movimento Negro Unificado (MNU/SC), a Associação de Mulheres Antonieta de Barros (Amab) e a Unegro são parceiros da Alesc no desenvolvimento deste programa, que beneficia jovens entre 16 e 24 anos, regularmente matriculados no ensino médio, técnico ou superior, e têm renda familiar inferior a 2,5 salários mínimos regionais. O estágio tem duração de um ano, renovável por mais um.

Atualmente, 60 jovens trabalham na Alesc. A expectativa é de que essa experiência seja uma facilitadora para o acesso ao mercado de trabalho em outros lugares.

HOMENAGEM A ANTONIETA DE BARROS

O Programa leva o nome da mulher negra, professora e parlamentar que extrapola as conquistas da sua época, raras até hoje. A homenagem se deve à efetiva atuação de Antonieta de Barros na educação pública e gratuita, despertando as reivindicações feministas e instaurando o debate racial no espaço institucional. Ela foi eleita primeira deputada negra do país, no ano de 1935, em Santa Catarina.

RECONHECIMENTO NACIONAL

A importância do PAB rendeu reconhecimento nacional, conferido pela União Nacional dos Legisladores e dos Legislativos Estaduais, em 2022. O programa foi contemplado com o Prêmio Unale Assembleia Cidadã, conquistando o troféu e o selo de Assembleia Cidadã.





cultura

INCENTIVO À CULTURA E À ARTE

Desde 2006, uma Resolução da Alesc, estabelece algumas atribuições para a Gerência Cultural da Casa, como o relacionamento da Assembleia Legislativa com instituições científicas e culturais; a promoção de lançamentos literários e debates com personalidades vinculadas às áreas cultural e científica e à promoção de exposições de obras de arte na Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, da Alesc.

Além disso, a gerência procura estabelecer intercâmbio cultural com os demais estados, proporcionando ao artista catarinense oportunidade de apresentar seus trabalhos em outros centros culturais; propor convênios e intercâmbios com empresas privadas e instituições de ensino e outras entidades para a realização de eventos culturais; zelar pelo acervo artístico e cultural da Assembleia Legislativa mantendo atualizado o cadastro deste patrimônio; responsabilizar-se pelo cadastramento da obra doada pelo autor ou expositor; comunicar aos setores da Assembleia Legislativa a agenda de eventos; planejar e organizar a utilização do espaço cultural; buscar junto à empresa privada, patrocínio para a realização dos eventos; e divulgar os programas culturais por meio dos veículos de comunicação da Casa.

EXPOSIÇÕES SELECIONADAS ABERTAS AO PÚBLICO

O ano de 2023 superou expectativas em relação ao número de eventos culturais. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por mediação da sua Gerência Cultural, realizou exposições de artes visuais, mostras institucionais, apresentações e lançamentos literários.

Foram, ao todo, dez exposições previamente selecionadas no Concurso de 2023 para a Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho. Seis delas, foram exibidas no Hall do Palácio Barriga Verde. As outras quatro serão apresentadas em 2024.

Também durante o ano de 2023, o quadro de servidores da Gerência Cultural se dedicou a remodelar o edital da Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, com vistas a 2024. Dando continuidade ao sucesso alcançado pelo Concurso de 2023, a gerência propõe que a seleção de projetos com premiação seja intensificada, a fim de auxiliar os custos de produção e logística dos contemplados e, assim, dar oportunidade para que artistas de regiões distantes da capital possam realizar suas exposições na Alesc.

Além da programação vinculada ao edital, a Gerência Cultural recebeu e organizou mostras institucionais. Além das exposições contempladas pelo edital da Galeria Meyer Filho e as mostras institucionais, a gerência também organizou mostras partindo de sua curadoria, com destaque para a exposição *Mestres Catarinenses* que marca a abertura do ano legislativo.

Mestres Catarinenses

Uma viagem pela arte do estado através de seus expoentes



Comunicação

NOVOS CONTEÚDOS E CRESCIMENTO DA AUDIÊNCIA DEFINEM O ANO NA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

O ano de 2023 confirmou o protagonismo da Diretoria de Comunicação Social na divulgação das ações do Parlamento estadual, com o compromisso de ampliar a transparência e o acesso dos cidadãos às informações da Assembleia Legislativa.

A criação de novos conteúdos e o aumento da audiência nos diferentes canais de comunicação foram algumas das marcas do ano no setor.

A Diretoria de Comunicação também desenvolveu ações de sensibilização e conscientização dos catarinenses sobre temas de interesse da população. Um exemplo é a campanha “Escola Acolhedora”, exibida nos veículos de comunicação de Santa Catarina, com objetivo de promover a cultura da paz e cidadania nas instituições de ensino do estado.

Com histórias inspiradoras de alunos, professores, entre outros personagens, as peças publicitárias fazem parte da campanha Integra, liderada pelo Parlamento, com a participação de representantes de mais de 30 órgãos e entidades do estado, com o objetivo de transformar o espaço escolar em um ambiente seguro e acolhedor.

RÁDIO



AGÊNCIA

MAIS DE 1 MILHÃO DE VISUALIZAÇÕES NA AGÊNCIA AL

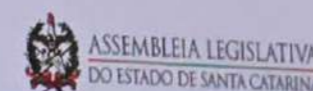
Consolidada como um dos principais veículos de comunicação do Parlamento, há 11 anos a Agência AL produz e publica notícias que, além de informar a população, são utilizadas como fonte para jornais, portais de notícias e colunistas de Santa Catarina.

Em 2023, a Agência AL registrou mais de 1 milhão de visualizações, conquistando um recorde histórico nos últimos seis anos. Outro marco nesse período é o número de acessos, que chegou a 605.436, de 390.130 usuários diferentes.

Com uma cobertura jornalística intensiva das atividades legislativas, a Agência AL produziu um total de 1.302 reportagens ao longo do ano. As matérias mais acessadas abordaram a sanção de uma lei estadual referente à isenção de ITCMD para pessoas com deficiência, a publicação do edital do concurso público da Alesc e a paralisação das atividades no porto de Itajaí.

Além disso, as assessorias de imprensa dos parlamentares contribuíram com 1.592 notícias, divulgadas nos espaços dos respectivos gabinetes.

A cobertura fotojornalística resultou em um total de 1.288 galerias de imagens.



- NOTÍCIAS
- GABINETES
- TVAL
- RÁDIO AL**
- FOTONOTÍCIA
- MEMÓRIA
- INFOGRÁFICOS
- CADASTRE-SE
- EXPEDIENTE
- CONTATO

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

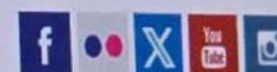


- Contato
- Expediente
- Noticias RádioAL
- Programação
- Programas
- Ouçã a Rádio AL
- Serviços

Comitiva de SC inicia série de contatos nos Emirados Árabes Unidos

Alesc realiza sessão em homenagem aos 70 anos de João Miguel do Oeste e 50 anos da Faismo

Deputado contesta não cumprimento de lei do Pix por empresa de ferry boat



PESQUISAR

+ Filtros de busca

SALA DE IMPRENSA

01 02 03
Poder Legislativo retoma atividades parlamentares em 6 de fevereiro



+ Mais notícias

NOTÍCIAS AGÊNCIA AL



Expo Videira 2024 é divulgada na sessão desta quinta-feira (15)



Jana Guedes toma posse como deputada e reforça Bancada Feminina da Alesc



Deputados destacam cursos técnicos e divergência sobre colonização italiana

TVAL ASSISTIR

RÁDIO AL AO VIVO

ESPECIAIS



EVENTOS

TURISMO

INSTITUCIONAL

Pesquisar

“ORDEM DO DIA” ESTREIA NOVO FORMATO DE CONTEÚDO DA RÁDIO AL

Em 2023, a Rádio AL trouxe inovação e criatividade com o lançamento do programa “Ordem do Dia”. Em parceria com a TVAL, esse programa de entrevistas adotou o formato de podcast/videocast, oferecendo uma abordagem ágil e dinâmica para discutir os temas em destaque no Legislativo, promovendo um diálogo direto com os deputados.

Ao longo do ano, foram produzidos e exibidos 28 episódios do podcast, agora disponíveis no Spotify e nas redes sociais da Alesc. Seguindo uma linha de informação rápida e objetiva, o spot “Notícias em 1 Minuto”, produzido pela Rádio AL e veiculado em mais de 230 emissoras de rádio em Santa Catarina, alcançou mais de 138 mil reproduções.

O podcast “Redação Final” contou com 38 episódios, em 2023, e foi reproduzido mais de 1,5 mil vezes em diversas plataformas de podcast.

Além disso, a Rádio AL produziu 1.570 conteúdos publicados no site do Parlamento e distribuídos via WhatsApp para as rádios catarinenses. Durante todo o ano, esses materiais foram reproduzidos, total ou parcialmente, 9.952 vezes em 212 rádios de 235 municípios.

RÁDIO AL



@assembleia.sc



TVAl INVESTE EM CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Além de transmitir ao vivo as sessões plenárias, reuniões de comissões, audiências públicas, entre outros eventos, em 2023, a TVAl investiu na produção de novos conteúdos multimídia.

Em parceria com as Redes Sociais Digitais, a emissora estreou os programetes “Meu Gabinete” e “Minhas Bandeiras”, que são um espaço para que os deputados apresentem a sua rotina de trabalho e as pautas que defendem na Assembleia Legislativa. 60 edições dos dois programas foram exibidos pela TVAl e publicados no Instagram e Facebook da Alesc.

A cobertura jornalística das atividades parlamentares recebeu uma nova abordagem com o lançamento do “Alesc em Dia”, um boletim de notícias que oferece uma síntese rápida dos principais acontecimentos do dia no Parlamento. Além disso, o programa “Na Tribuna da Alesc” apresenta reportagens que destacam as intervenções dos parlamentares durante as sessões plenárias.

O programa Conecta, outro destaque da programação, sempre antecipando as sessões ordinárias com informações ao vivo do que acontece no Legislativo, teve 123 edições exibidas pela emissora.

Já o programete Em Pauta, produzido pela TVAl teve 53 edições exibidas nas emissoras de TV do estado.

A TVAl também produziu 652 reportagens e realizou 826 transmissões ao vivo das atividades legislativas.



A MAIS CONECTADA DAS ASSEMBLEIAS

Presente em praticamente todas as plataformas digitais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e WhatsApp), o Parlamento busca estar cada vez mais conectado com os catarinenses. Em números absolutos, a Alesc está entre as assembleias do país com mais seguidores em todas as plataformas.

Os perfis da Alesc somaram, em 2023, mais de 267,8 mil seguidores, com aumento de 6% em relação ao ano anterior.

As postagens alcançaram 9,5 milhões de visualizações de forma orgânica, número 8% maior que em 2022. O principal canal de comunicação da Alesc hoje é o Instagram, com mais engajamento, visualizações e participação dos seguidores, que somaram 49,3 mil em 2023.

Na plataforma, 442 posts de feed geraram 125,7 mil curtidas, número 78% maior que em 2022. Também aumentou o engajamento com os compartilhamentos desses posts, com mais de 25 mil, com incremento de 51,2%. Foram mais de 24 mil comentários, com aumento de 34,4%.



NÚMEROS EXPRESSIVOS NAS REDES

No Facebook, foram registradas 2,7 milhões de visualizações orgânicas, com 433 posts no feed, que geraram 6,6 mil reações e 1,12 mil comentários. O Twitter também é um importante canal de comunicação da Alesc, onde são replicadas as reportagens da Agência AL, Rádio AL e TVAL, além de transmissões ao vivo reuniões de comissões e audiências públicas. O perfil da Alesc conta com 23.939 seguidores, representando um aumento de 4% em relação ao ano anterior. Foram publicados 1,86 mil tweets, totalizando 390,6 mil visualizações; um aumento de 12,2% em comparação com 2022. A Alesc é a quinta Assembleia Legislativa do país em número de seguidores nessa plataforma.

O canal da Alesc no YouTube ocupa a quarta posição em número de inscritos entre os parlamentos estaduais. Nessa plataforma, a Diretoria de Comunicação aumentou ainda mais a transparência dos trabalhos dos parlamentares, ampliando o número de transmissões ao vivo. Agora, o canal realiza a transmissão simultânea de até cinco atividades, oferecendo aos cidadãos uma visão abrangente e em tempo real das ações legislativas.

Já o WhatsApp do Parlamento é pioneiro no país entre órgãos públicos, com envio diário de informações. A projeção é de mais de 900 mil visualizações do conteúdo sobre ações, projetos em debate, leis aprovadas, enquetes e chamadas regionais para audiências públicas. Em 2023 foi realizado o segundo processo de verificação das listas de transmissão, acerca do recebimento de conteúdo e interesse dos seguidores. Dos mais de 6,1 mil contatos cadastrados, quase 4,9 mil permanecem recebendo o conteúdo da Alesc diretamente no celular.





 **Institucional**

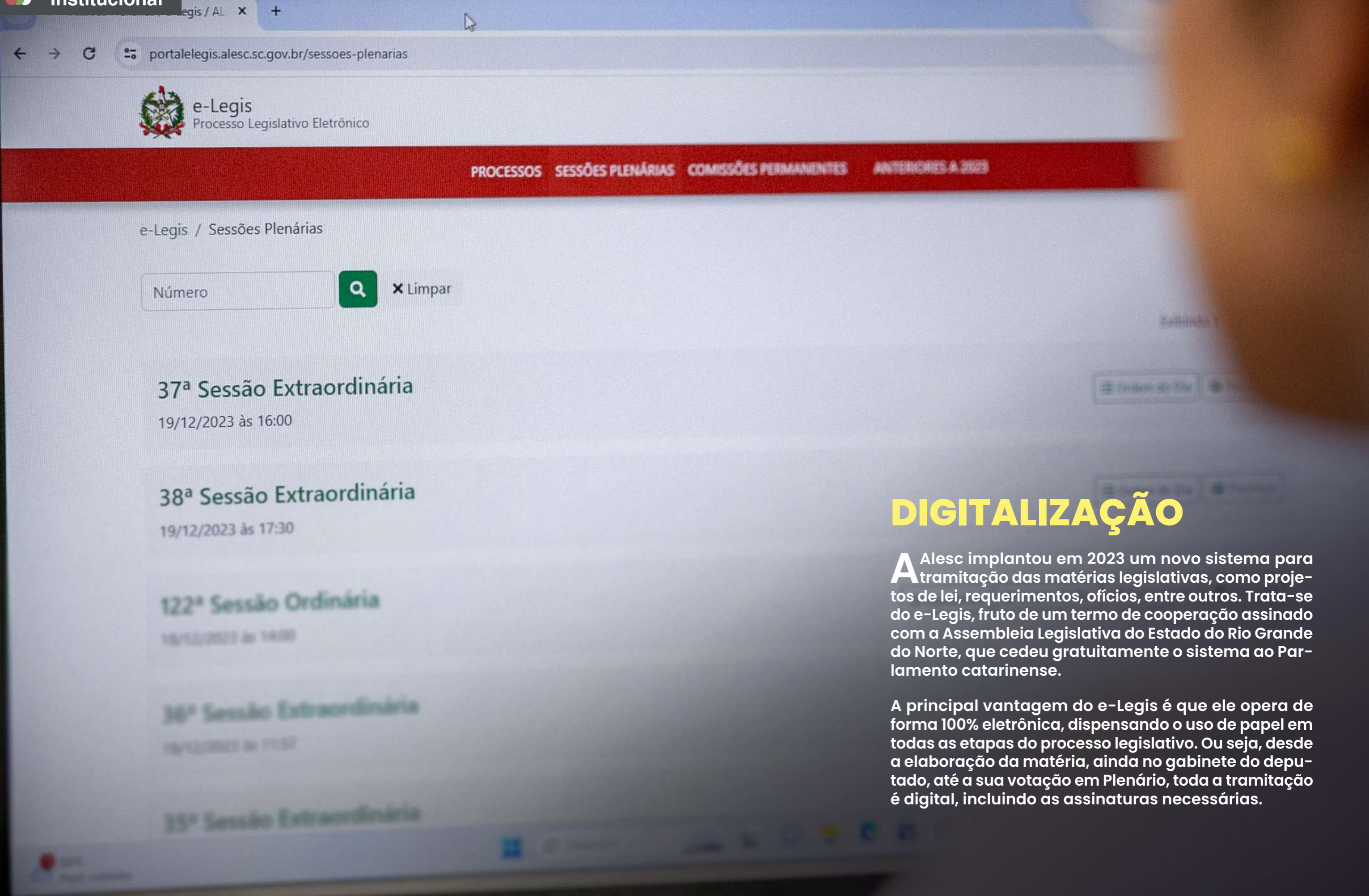


DOAÇÃO DE RECURSOS PARA MUNICÍPIOS

Em 2023, a Assembleia manteve o foco na economia de recursos públicos e na modernização e agilização dos processos administrativos e legislativos. Graças a esse trabalho, o Parlamento pode novamente doar recursos de seu orçamento para o Executivo estadual aplicar em ações de interesse da população catarinense.

Em novembro, a Alesc anunciou a doação de R\$ 30 milhões de seu orçamento para o governo do Estado, com o objetivo de auxiliar os municípios afetados pelas chuvas que castigaram Santa Catarina em outubro e novembro.

Também foi anunciada a doação de R\$ 80 milhões de recursos do Parlamento para o governo estadual utilizar em projetos voltados às regiões catarinenses. A destinação desse dinheiro será definida pelas bancadas regionais da Assembleia.



DIGITALIZAÇÃO

A Alesc implantou em 2023 um novo sistema para tramitação das matérias legislativas, como projetos de lei, requerimentos, ofícios, entre outros. Trata-se do e-Legis, fruto de um termo de cooperação assinado com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, que cedeu gratuitamente o sistema ao Parlamento catarinense.

A principal vantagem do e-Legis é que ele opera de forma 100% eletrônica, dispensando o uso de papel em todas as etapas do processo legislativo. Ou seja, desde a elaboração da matéria, ainda no gabinete do deputado, até a sua votação em Plenário, toda a tramitação é digital, incluindo as assinaturas necessárias.



MISSÕES

O Parlamento participou de missões internacionais com o intuito de trazer benefícios para Santa Catarina, no decorrer de 2023. Em setembro, a missão à Itália tratou de vários assuntos, como a instalação de uma representação consular italiana no estado, encontros com setores empresariais em Roma e Reggio Calabria, acordos de cooperação entre universidades italianas e universidades brasileiras, além de um termo de cooperação entre a Alesc e o Conselho Regional da Calábria, que prevê benefícios econômicos, sociais, acadêmicos, científicos, turísticos e tecnológicos.

Em dezembro, em visita ao Parlamento catarinense, o embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, confirmou a instalação de um escritório consular da Itália em Florianópolis, ligado ao Consulado-Geral de Curitiba (PR). A expectativa é que a unidade seja inaugurada ainda em 2024.

A Assembleia também integrou a missão catarinense ao Panamá, realizada em outubro. O objetivo principal foi a implantação de um voo direto entre Florianópolis e a Cidade do Panamá, capital do país localizado na América Central, por meio da companhia aérea Copa Airlines, que vai analisar a viabilidade da rota.



20ª LEGISLATURA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA DIRETORA

Presidente: Mauro de Nadal (MDB)

1º Vice-Presidente: Deputado Mauricio Eskudlark (PL)

2º Vice-Presidente: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

1º Secretária: Deputada Paulinha (Podemos)

2º Secretário: Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Deputado Marcos da Rosa (União)

4º Secretário: Deputado Delegado Egídio (PTB)

PARLAMENTARES

Altair Silva (PP)

Ana Campagnolo (PL)

Camilo Martins (Podemos)

Carlos Humberto (PL)

Delegado Egídio (PTB)

Dr. Vicente Caropreso (PSDB)

Fabiano da Luz (PT)

Fernando Krelling (MDB)

Ivan Naatz (PL)

Jair Miotto (União)

Jerry Comper (MDB) - Licenciado

Jessé Lopes (PL)

José Milton Scheffer (PP)

Julio Garcia (PSD)

Lucas Neves (Podemos)

Luciane Carminatti (PT)

Lunelli (MDB)

Marcus Machado (PL)

Marcos da Rosa (União)

Marcos Vieira (PSDB)

Mário Motta (PSD)

Marquito (Psol)

Massocco (PL)

Matheus Cadorin (Novo)

Mauricio Eskudlark (PL)

Mauro de Nadal (MDB)

Napoleão Bernardes (PSD)

Neodi Saretta (PT)

Nilso Berlanda (PL)

Oscar Gutz (PL)

Padre Pedro Baldissera (PT)

Paulinha (Podemos)

Pepê Collaço (PP)

Rodrigo Minotto (PDT)

Sargento Lima (PL)

Sérgio Guimarães (União)

Sérgio Motta (Republicanos)

Soratto (PL) - Licenciado

Tiago Zilli (MDB)

Volnei Weber (MDB)

DEPUTADOS SUPLENTE

Maurício Peixer (PL)

Emerson Stein (MDB)

Gerri Consoli (PSD)

Zé Caramori (PSD)

Pedrao Silvestre (PP)

Professora Vanessa da Rosa (PT)

EXPEDIENTE AGÊNCIA AL

Diretor de Comunicação Social: Dayan Gaultyer Schütz

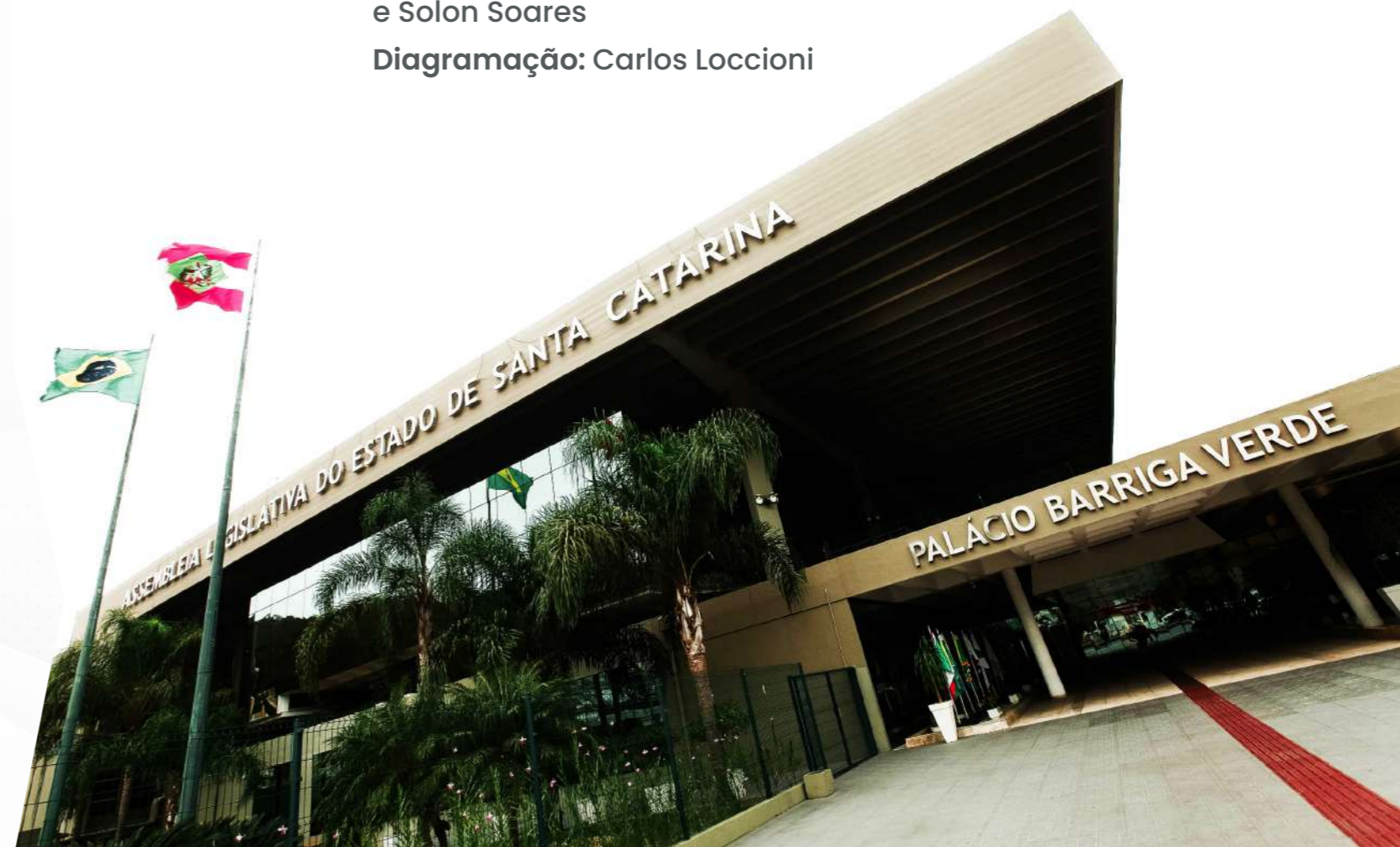
Coordenadora da Agência AL: Gicieli Dalpiaz

Textos: Alexandre Back, Gicieli Dalpiaz, Michelle Dias, Marcelo Espinoza e Valquíria Guimarães

Revisão e edição de textos: Michelle Dias

Fotos: Vicente Schmitt, Bruno Collaço, Rodolfo Espínola e Solon Soares

Diagramação: Carlos Loccioni





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DE SANTA CATARINA